

Requerimento

Assunto: Estudo sobre o Transporte Marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores

O Governo Regional anunciou hoje a empresa seleccionada para realizar o estudo do modelo de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.

Em Julho passado, quando foi tornada publica esta intenção do Governo, o PSD afirmou tratar-se de um estudo encomendado com 11 anos de atraso e que podia configurar tanto "fuga para a frente", como uma tentativa de "branquear" a incompetência socialista, que desde sempre envolveu o transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e que já consumiu mais de 90 milhões de euros do erário público.

Hoje, com a divulgação pública de afirmações do Ministro da Defesa – Augusto Santos Silva – de que o Governo Regional aceitou negociar o Atlântida com o Estaleiro Naval de Viana, confirma-se que o referido estudo pode mesmo ser um instrumento para justificar a aceitação a preço de "saldo", por parte do Governo Regional, de um navio – Atlântida – cheio de remendos e que ninguém quer.

O PSD reafirma, que não aceita que o Governo utilize estudos para encobrir a desastrada gestão contratual do processo dos "navios", nem cumplicidades socialistas. Em nenhuma circunstância, qualquer estudo encomendado pode transformar-se numa espécie de "tira-nódoas", para facilitar um qualquer "volte-face", que penalize o transporte marítimo de passageiros nos próximos 25 anos (vida útil do navio) e nos coloque ao nível de uma qualquer "república das bananas"

O PSD afirma, que a anuência do Governo Regional para negociar um acordo extra – judicial, configura uma posição de extrema fragilidade, quando foi dito aos Açorianos, aquando da recusa do Atlântida, que os 32 milhões de euros, entretanto pagos ao Estaleiro de Viana do Castelo, estavam salvaguardados por garantias bancárias “first demand”.

Registe-se que qualquer providência cautelar interposta para inviabilizar os pagamentos garantidos, segundo acórdão do Supremo Tribunal de justiça, só podem ser aceites em tribunal, se existir suspeita de “fraude manifesta” ou “abuso evidente do beneficiário”.

Em sede de Comissão Parlamentar de Economia, e posteriormente durante o debate do Plano e Orçamento de 2010, o PSD perguntou quais as empresas que tinham concorrido, bem como o teor do caderno de encargos, nomeadamente o âmbito, os parâmetros a estudar, a metodologia do trabalho e que tipo de respostas devem constar das conclusões.

Em nenhum dos momentos o Secretário Regional da Economia respondeu às questões colocadas.

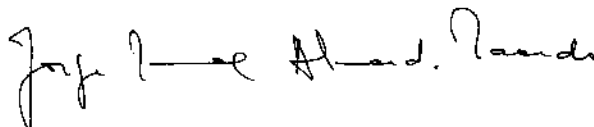
Assim, os Deputados subscritores, ao abrigo das normas regimentais, vêm solicitar ao Governo Regional, os seguintes documentos e esclarecimentos:

- 1- O Governo Regional confirma, ou não, que está a negociar com o Estaleiro de Viana do Castelo, no sentido inverter a decisão de recusa do navio Atlântida e aceitá-lo a qualquer preço.
- 2- O Governo Regional considera, ou não, a hipótese das conclusões do referido estudo, facilitarem o acordo com o Estaleiro Naval de Viana do Castelo, branqueando os graves erros cometidos na gestão contratual do processo dos navios?

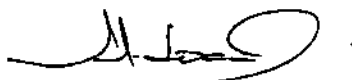
- 3- Se existiam garantias bancárias "first demand", que salvaguardavam os 32 milhões de euros entretanto pagos, porque razão as verbas garantidas não foram restituídas à Região?
- 4- Cópias dos documentos relativos às garantias bancárias "first demand";
- 5- Cópia do programa de concurso ou da consulta, para selecção da "empresa de referência" e subsequente adjudicação do estudo sobre o transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores;
- 6- Cópia do Caderno de Encargos ou Termos de Referência para a elaboração do referido estudo;
- 7- Nome das empresas concorrentes à elaboração do referido estudo;
- 8- Teor das propostas apresentadas por cada uma dos concorrentes;
- 9- Preços das propostas apresentadas por cada um dos concorrentes;
- 10- Cópia da proposta apresentada pela empresa seleccionada para a elaboração do referido estudo;
- 11- Pretende o Governo Regional colocar à discussão pública as conclusões do referido estudo e em que moldes?

Ponta Delgada, 4 de Dezembro de 2009

Os Deputados subscritores



Jorge Macedo



António Marinho



Clélio Meneses



João Costa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	4573 Proc. Nº 54-03 00
Data	09/12/04 Nº 167/1X